

# ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO

# Chapecó-SC, 21 de outubro de 2013

1	Aos vinte e um dias de outubro de dois mil e treze, às quatorze horas, na sala
2	de reuniões da Reitoria, em Chapecó-SC, foi realizada por videoconferência, a
3	8ª Reunião Ordinária da Câmara de Graduação do Conselho Universitário -
4	CONSUNI da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, presidida pelo
5	Professor João Alfredo Braida - Presidente da Câmara. Fizeram-se presentes
6	à sessão os seguintes conselheiros: Juliano Paccos Caram, Diretor do
7	Campus Chapecó; Edemar Rotta, Diretor do Campus Cerro Largo e José Oto
8	Konzen, Diretor do Campus Realeza. Representantes Docentes: Clóvis
9	Alencar Butzge (Campus Realeza); Jackson Luis Martins Cacciamani (Suplente
10	Campus Realeza); James Luiz Berto (Suplente Campus Chapecó); Márcio do
11	Carmo Pinheiro (Campus Cerro Largo); Rosane Rossato Binotto (Campus
12	Chapecó); Thiago Ingrassia Pereira (Campus Erechim). Representante dos
13	STA's: Guilhermo Romero (Representante Técnico-Administrativo Campus
14	Erechim). Não compareceu e justificou ausência a conselheira: Maria Lúcia
15	Marroco Maraschin (Representante Docente Campus Chapecó). Não
16	compareceram e não justificaram ausência: Paulo Monteiro Nunes
17	(Representante Docente Campus Chapecó); Kalinton Prestes (Representante
18	Discente Campus Cerro Largo); Leandro Antonio da Luz (Representante
19	Discente Campus Laranjeiras do Sul) e Jucimara Meotti Araldi (Representante
20	Comunidade Externa – Estado SC). Também fizeram-se presentes à
21	reunião: Andressa Sebben (Diretora de Registro Acadêmico), Derlan
22	Trombetta (Diretor de Organização Pedagógica), Lísia Regina Ferreira Michels
23	(Coordenadora do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e
24	Continuada de Profissionais da Educação Básica) e Debora Cristina Costa
25	(Assistente da Pró-Reitoria de Graduação). O Presidente saudou a todos e
26	após conferido o quórum, passou à submissão da ata da 7ª Reunião Ordinária.



27 O conselheiro José Oto Konzen fez algumas considerações, solicitando 28 correção de seu nome Oto (e não Otto) e chamou a atenção no item 2, a partir 29 da linha 80, ao se referir à apresentação do relato, que constasse que dois 30 pontos do regulamento permaneceram com mais de uma alternativa de texto, 31 mencionando-os (composição de colegiado e avaliação). Com relação à 32 avaliação, como foi discutido, a partir da linha 122, segundo ele, seria 33 importante colocar os argumentos que foram sistematizados de que a 34 proposição da avaliação apresentada na versão original do documento não 35 discutiu as questões, as implicações teóricas, pedagógicas e de ordem prática 36 para implementação da proposta. O conselheiro Edemar Rotta também 37 solicitou a correção do seu nome, e concordou com o conselheiro José Oto, 38 considerando importante citar os consensos a que se chegou após o debate. O 39 Presidente destacou que isto não poderá ser deliberado neste momento, pois é 40 preciso reformular o texto. Será refeita a ata e reapresentada na próxima 41 sessão. Passou-se aos Informes, e o Presidente destacou que a UFFS recebeu o relatório de avaliação do 17º curso de graduação, Filosofia - Campus 42 Erechim, que também recebeu nota 4. Nos próximos dias serão enviados 43 44 relatórios de mais seis cursos, sendo possível ainda neste ano mais 45 avaliações. Informou ainda que hoje, antes do fim desta sessão, estará indo a 46 Brasília, com um integrante da Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), para 47 participar de uma reunião de trabalho com o MEC referente ao SiSU. O 48 conselheiro Edemar Rotta informou que o Campus Cerro Largo teve a 49 avaliação do curso de licenciatura em Física, obtendo conceito 4, o que é uma 50 satisfação. Divulgou ainda, que esteve participando nos dias 17 e 18 de um seminário promovido pela Universidade Nacional de Missiones (UNAM), alusivo 51 52 aos seus trinta anos, e nesta visita teve contato com professores da pesquisa e pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas da UNAM, abrindo a 53 54 possibilidade de uma série de atividades serem realizadas em parceria com 55 esta instituição. Após, passou-se à Ordem do dia: 1. Minuta de 56 institucionalização dos Domínios Comum e Conexo – apresentação do



57 relato do conselheiro Márcio do Carmo Pinheiro (Processo 23205.003951/2013-16); 2. Regulamento da Graduação - discussão das 58 59 sugestões encaminhadas (Processo 23205.003950/2013-71); 3. Proposta 60 de alteração da Resolução que institui o Núcleo de Apoio Pedagógico 61 (NAP) - apresentação do relato da conselheira Rosane Rossato Binotto (Processo 23205.003971/2013-97); 4. Projetos da Ação 20RJ 2013; 5. 62 63 Proposta de contratação da fundação para execução da Ação 20RJ 2013 (Processo 23205.003821/2013-83); 6. Proposta de convênio entre UFFS a 64 65 Instituto Educar para oferta do curso de Agronomia/Campus Erechim; 7. 66 Proposta de contratação de fundação para oferta do curso de Educação Laranjeiras do Sul 67 Campo/Campi е Erechim 68 23205.003909/2013-03). O Presidente apresentou uma proposta de exclusão do item 6) Proposta de convênio entre UFFS a Instituto Educar para oferta do 69 curso de Agronomia/Campus Erechim, pela razão de que o processo não 70 71 chegou em tempo e também, porque verificou-se que em princípio, esta proposta não precisará mais passar pela Câmara. Sugeriu também uma 72 inversão na ordem dos trabalhos, adiantando os itens 4 e 5 para o início da 73 pauta, e na sequência o item 7, tramitando em regime de urgência. Também 74 75 solicitou a antecipação dos itens 1 e 3, deixando o item 2 para o final. Não 76 havendo manifestações, a pauta ficou assim constituída: 1. Projetos da Ação 77 20RJ 2013; 2. Proposta de contratação da fundação para execução da Ação 20RJ 2013 (Processo 23205.003821/2013-83); 3. Proposta 78 79 contratação de fundação para oferta do curso de Educação do Campo/Campi Laranjeiras do Sul e Erechim (Processo 23205.003909/2013-80 03); 4. Minuta de institucionalização dos Domínios Comum e Conexo -81 82 apresentação do relato do conselheiro Márcio do Carmo Pinheiro (Processo 23205.003951/2013-16); 5. Proposta de alteração da Resolução 83 84 que institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) - apresentação do 85 relato da conselheira Rosane Rossato **Binotto** (Processo 23205.003971/2013-97); 6. Regulamento da Graduação – discussão das 86



87 sugestões encaminhadas (Processo 23205.003950/2013-71). Passou à pauta, analisando os itens juntos, por estarem vinculados: 1) Projetos da Ação 88 89 20RJ 2013; 2) Proposta de contratação da fundação para execução da 90 Ação 20RJ 2013 (Processo 23205.003821/2013-83). O Presidente abriu a 91 palavra à profa. Lísia Michels, Coordenadora do Comitê Gestor Institucional de 92 Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, que 93 inicialmente analisou e aprovou os projetos da Ação 20RJ, e é também quem 94 está encaminhando todo processo de contratação da fundação. A profa. Lísia 95 explicou que o Comitê Gestor da Formação Inicial e Continuada foi instituído na 96 UFFS em julho deste ano, e neste período já haviam chegado na Diretoria de 97 Políticas de Graduação (DPGrad) cinco projetos de formação de professores. 98 Foi discutida a necessidade de contemplar todos os campi, havia urgência pela 99 questão de que esta verba vem da ação orçamentária do MEC e deve ser 100 investida em formação inicial e continuada de professores na formação básica. 101 Os dez projetos, enviados a todos os conselheiros, foram avaliados pelos 102 membros do comitê e aprovados. A profa. Lísia citou todos os subprojetos que 103 integram o Projeto da Ação 20RJ 2013, numa dotação orçamentária do MEC 104 de R\$ 350 mil. Justificou a contratação da fundação: pela questão do tempo 105 para gastar o recurso, que pode ser feito somente em custeio e não em capital, 106 e também pelos valores de diárias e passagens a serem utilizadas pelos 107 docentes envolvidos. Se esta dotação orçamentária fosse utilizada pela UFFS, 108 impactaria especialmente nas diárias e passagens de toda universidade e em 109 reunião com a Pró-reitoria de Administração, chegou-se à conclusão que a 110 maneira mais viável e eficaz de colocar estes projetos em curso neste período, seria a contratação de uma fundação. A FAPEU já apresentou orçamento, que 111 112 atualmente está em análise na Procuradoria da UFFS e que solicita esta 113 aprovação da Câmara de Graduação. O Presidente explicou que a informação 114 obtida na última reunião administrativa, é de que o prazo final para empenhar 115 na universidade e finalizar os empenhos até o início de dezembro junto ao 116 MEC é 24 de novembro. Como todos os projetos tem relação direta com a



117 graduação, especialmente as licenciaturas, está se propondo que este 118 processo tramite pela CGRAD. Explicou, ainda, que se tratam de projetos de 119 extensão, mas ainda não foi possível dialogar com a Pró-reitoria de Extensão e 120 Cultura, mas é possível que para o próximo ano se tenha um processo 121 diferente. Informou também que para 2014 estão previstos três milhões de 122 reais para a Ação 20RJ, para a UFFS, e uma parcela significativa está 123 vinculada aos cursos de licenciatura em Educação do Campo, dos campi 124 Erechim e Laranjeiras do Sul, mas ainda assim haverá um orçamento de R\$ 125 1.100.000,00 para este tipo de projeto. Questionou se havia necessidade de 126 mais informes, e não havendo manifestação, colocou em votação o regime de 127 urgência das duas matérias, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, 128 colocou-se em análise a homologação da aprovação para fins de execução da 129 Ação 20RJ, feita pelo Comitê Gestor e não havendo necessidade de 130 esclarecimentos, todos foram favoráveis à homologação da aprovação dos 131 projetos. Com relação ao convênio com a fundação FAPEU, esta é a única 132 autorizada pelo Conselho Universitário, e que está dentro das normas exigidas 133 pelo MEC. Colocou-se em votação a aprovação da proposta de contratação da fundação FAPEU para a execução da Ação 20RJ 2013, sendo aprovado por 134 135 unanimidade. 3) Proposta de contratação de fundação para oferta do 136 curso de Educação do Campo/Campi Laranjeiras do Sul e Erechim 137 (Processo 23205.003909/2013-03). O Presidente explicou que é algo muito 138 semelhante ao caso anterior, a UFFS tem dois cursos aprovados, submetidos 139 ao edital PROCAMPO 2012, sendo criados os cursos de Educação do Campo, 140 nos campi Erechim e Laranjeiras do Sul. Os PPCs destes cursos já foram aprovados pela CGRAD e se está em fase de inscrições para o curso em 141 142 Erechim, e de finalização e publicação do edital para Laranjeiras do Sul. 143 Destacou que a UFFS recebeu do MEC um conjunto de códigos de vagas 144 docentes, alguns dos quais foram concursados no último concurso, em julho e 145 agosto deste ano, e também para técnico-administrativos. Entretanto, o recurso 146 para operar estes cursos ainda não chegou na conta da universidade, sendo



147 previstos para 2013 valores na ordem de R\$ 960 mil e que devem estar disponibilizados no orçamento da UFFS ainda neste mês, inviabilizando o 148 149 empenho desse recurso até a data de 24 de novembro. A alternativa é 150 contratar uma fundação, para que possa trabalhar com o recurso ao longo de 151 2014, quando efetivamente os cursos serão instalados. Sem pedidos de 152 esclarecimento, foi colocado em votação o regime de urgência, sendo 153 aprovado por unanimidade. A profa. Lísia esclareceu que o recurso é 154 basicamente para contratação de local para estadia, alimentação e transporte 155 dos estudantes, uma vez que os cursos funcionam em regime de alternância. 156 Após, colocou-se em votação a proposta de contratação da fundação FAPEU, 157 sendo aprovada por unanimidade. Encerrado o assunto e dando sequência à 158 reunião, o Presidente destacou que a minuta de institucionalização dos 159 Domínios Comum e Conexo só chegou hoje para a Câmara, o que torna difícil 160 fazer sua análise. O conselheiro relator desta matéria, Márcio do Carmo 161 Pinheiro pediu desculpas pelo atraso no envio do relato, justificando que com a visita de reconhecimento do curso de Física, sendo o coordenador do curso, 162 163 abandonou todas as atividades dando atenção especificamente a isto. Lembrou 164 que na próxima reunião não estará presente, e teria que analisar se o 165 documento seria apreciado hoje ou não. O Presidente destacou que a 166 secretaria da Câmara também está preocupada, pois dos PPCs que estão em 167 análise, nenhum foi concluído. Considerando que há apenas duas reuniões 168 ordinárias no ano, se está propondo a realização de uma sessão extraordinária 169 dia 14 de novembro. Sugeriu que na sessão de hoje se dê continuidade 170 apreciando o relato do NAP e na sequência o Regulamento da Graduação, deixando a minuta dos Domínios para a próxima sessão. Após manifestações, 171 172 decidiu-se pela tramitação do NAP, na sequência o Regulamento da 173 Graduação. 5) Proposta de alteração da Resolução que institui o Núcleo 174 de Apoio Pedagógico (NAP) - Processo 23205.003971/2013-97: A relatora, 175 conselheira Rosane Binotto fez a leitura do seu relato e voto (ANEXO), abrindo-176 se espaço para discussão. O conselheiro Edemar Rotta citou a carga-horária



177 dos membros do NAP, que no seu entendimento a sugestão é excessiva, tanto 178 da coordenação como dos demais membros. Sugere que a coordenação baixe 179 para doze horas, demais membros quatro horas e pedagogo oito horas. A 180 relatora declarou que sobre este item, discutiu com a também conselheira 181 Maria Lúcia Marocco Maraschin, que já tem mais experiência com relação ao 182 trabalho do NAP, e dependendo da quantidade de ações, a carga-horária pode 183 ser maior ou menor, e olhando o documento original, todas as propostas que 184 haviam era de carga-horária excessiva. Procuraram não fixar um limite, 185 pensando na quantidade de trabalho do coordenador e aumentando um pouco 186 as horas do pedagogo. O Presidente destacou que a proposição apresentada 187 pelo conselheiro Edemar Rotta pode ser considerada como emenda, sendo 188 analisada posteriormente. O Diretor de Organização Pedagógica, prof. Derlan 189 Trombetta se manifestou, dizendo que o relato atende as proposições feitas a 190 partir das discussões feitas com os representantes dos NAPs e com as 191 Coordenações Acadêmicas. O que mais se destacou nestas discussões, que 192 resultou nesta minuta, é que o NAP tivesse uma vinculação mais orgânica com 193 o planejamento das atividades dos campi e com a Coordenação Acadêmica. 194 Quanto à carga-horária, foi um ponto em que não houve consenso entre os 195 NAPs, uma vez que a realidade em cada campus é diferente, e Chapecó 196 destacava a necessidade de ter mais horas para dar conta de todas as 197 demandas, visto que o grupo está começando agora e tem necessidade de se 198 organizar e articular. O Presidente retomou a palavra, e não havendo inscritos, 199 procedeu-se a votação do voto do relator, sendo aprovado pela ampla maioria, 200 com uma abstenção e sem votos contrários. Na sequência, passou-se à 201 apresentação de emendas e o conselheiro José Oto Konzen disse que a 202 preocupação é que se for mantida a proposta da conselheira, sobre a carga-203 horária, seria preciso normatizar em que instância ela ficaria definida. No seu 204 entendimento, deveria haver uma apresentação da proposta de trabalho do 205 NAP à Coordenação Acadêmica e a partir disso, fosse encaminhado ao 206 Conselho de Campus para legitimação e definição das horas. O Presidente



207 considerou que a emenda tem relação com aquela apresentada pelo 208 conselheiro Edemar Rotta, que defendeu sua proposta, observando aquilo que 209 foi sugerido pelos campi de Cerro Largo, Realeza e Erechim, na discussão da 210 minuta do próprio NAP e reforçando a necessidade de estabelecer uma carga-211 horária equivalente com as demais atividades desempenhadas 212 universidade. O Presidente retomou, dizendo que existem duas propostas: a do 213 conselheiro Edemar Rotta, fixando tempos de acordo com a função dentro do 214 NAP, e a proposta encaminhada pela relatoria, aprovada inicialmente, de não 215 fixar prazo e que seria acrescido um parágrafo definindo quem estabelece 216 quantas horas, que pela sugestão do conselheiro José Oto Konzen, é remetida 217 para o Conselho de Campus. O conselheiro Márcio do Carmo Pinheiro 218 defendeu a proposta do conselheiro Edemar Rotta a respeito do volume de 219 trabalho quando se está criando o núcleo, no caso de Chapecó, e por isso a 220 preocupação em aumentar as horas. No seu entendimento, isso não tem como 221 evitar, no início o trabalho é grande, mas aos poucos vai se estabilizando. O 222 conselheiro Juliano Paccos Caram tomou a palavra e questionou se haveria a 223 necessidade de, na estrutura do texto, diferenciar o pedagogo dos membros do 224 NAP. Segundo ele, o pedagogo é um membro do NAP, se não o status do 225 pedagogo fica como secretário do NAP, e na verdade ele é um integrante. 226 Finalizando, apoiou a ideia do conselheiro José Oto Konzen, de que a 227 Coordenação Acadêmica do campus, a quem está vinculado o NAP, deveria 228 definir a carga-horária, a partir do planejamento daguele núcleo. Considerou 229 ainda, que o NAP poderia fazer muito mais do que hoje está fazendo. O 230 conselheiro Edemar Rotta defendeu a importância que o pedagogo tem no 231 NAP, visto que muitas atividades administrativas são feitas por ele, não 232 acreditando que o próprio coordenador vá fazer isso. Para ele, o pedagogo tem 233 um trabalho estratégico na composição do núcleo e sua organização, e por isso 234 ele deveria ter um espaço privilegiado na composição do NAP. O conselheiro 235 Thiago Ingrassia Pereira concordou com o papel indispensável do pedagogo no 236 núcleo. No relato, há a previsão de o pedagogo possa ser inclusive o



237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

coordenador do NAP, mas é preciso discutir a questão da exigência de especialização em docência no ensino superior, o que seria ideal, mas poderia haver dificuldades práticas, visto que muitos não teriam esta especialização. O conselheiro Clóvis Butzge também concordou com a proposição de Cerro Largo, e destaca que no seu entendimento, o pedagogo é técnicoadministrativo, que além de ser integrante membro também terá atribuições administrativas. A questão da especialização também lhe chamou a atenção, o que pode ser restritivo, pelo menos num curto espaço de tempo. A conselheira relatora complementou que a sugestão de exigência de especialização do pedagogo seria apenas para a função de coordenador do NAP, que ele deveria ter pelo menos uma experiência com docência no ensino superior, tendo em vista que a maioria dos cursos de Pedagogia não preparam para isso. O conselheiro Juliano Paccos Caram comentou, acerca da fala do conselheiro Clóvis Butzge, que na sua compreensão, como necessariamente se precisaria diferenciar o técnico-administrativo pedagogo dos outros, não tendo status diferente, a não ser que seja coordenador. Se não, dá a ideia de que o pedagogo serve apenas como suporte técnico, mas ele poderia ter uma posição diferente. O suporte técnico deve ser feito pelo grupo todo, inclusive o coordenador. Após as manifestações, manteve-se o posicionamento inicial, de votar a proposição do conselheiro Edemar Rotta. A questão da especialização não seria tratada como uma exigência, apenas como uma sugestão de formação complementar a ser organizada pelo NAP aos seus pedagogos. Em regime de votação, com dois votos contrários e uma abstenção, a proposta foi aprovada pela maioria. O Presidente esclareceu que a sugestão da relatoria de exigir especialização em ensino superior é apenas para o caso de os pedagogos assumirem a coordenação do NAP. Após discussão a respeito, ficou acertado que este será um compromisso da DOP/PROGRAD, junto com os NAP e Coordenações Acadêmicas, de pensar um programa de formação especialmente para os pedagogos, em relação à educação superior. 6) Regulamento da Graduação discussão das



267 sugestões encaminhadas (Processo 23205.003950/2013-71): O Presidente explicou que o voto do relator foi aprovado na última sessão, quando foi feito 268 269 um debate específico sobre duas questões que geraram maior polêmica, a 270 composição do colegiado de curso e o sistema de registro das avaliações. 271 Depois, abriu-se um prazo de dez dias para que os conselheiros pudessem 272 apresentar propostas de emendas ao substitutivo aprovado no voto do relator. 273 Chegaram um conjunto de propostas, encaminhadas à secretaria da CGRAD, 274 que foram compiladas no documento e encaminhadas novamente aos 275 conselheiros para esta sessão. Hoje, serão analisadas as emendas, uma a 276 uma, considerando que aqueles dispositivos da proposta substitutiva, para as 277 quais não foi apresentada nenhuma emenda, estão tacitamente aprovadas. O 278 conselheiro José Oto Konzen esclareceu que o trabalho de destaques que 279 constam no documento como sendo dele, são na verdade um trabalho conjunto 280 entre os conselheiros de Realeza. O Presidente declarou que os destaques 281 que vieram, inicialmente com relação à composição do colegiado e da 282 avaliação, de certo modo não traduzem o debate feito na última reunião, e 283 talvez se pudesse deixar esses dois itens para o final, dando um tempo maior 284 para inclusive formular outras proposições, além daquelas apresentadas até aqui. A sugestão seria deixar a discussão do artigo 5º e do artigo 65, para o 285 286 final. A conselheira Rosane Binotto declarou que em Chapecó, assim como em 287 Realeza, os conselheiros não tiveram muito tempo para discutir os itens em 288 questão. Todos concordaram com a proposta e passou-se então à discussão, a 289 partir do substitutivo apresentado pelo conselheiro relator José Oto Konzen, 290 tratando os itens onde foram apresentados destaques. Foram discutidos, um a 291 um, os destaques até o artigo 5°, sendo que as aprovações foram alteradas 292 diretamente na minuta. Neste momento, o Presidente teve que se retirar da 293 sessão, por motivo de viagem a Brasília, e passou a coordenação dos 294 trabalhos à conselheira Rosane Binotto. Seguiu-se a apreciação da minuta, a 295 partir do capítulo três "Das atribuições do Coordenador de Curso". As emendas 296 foram discutidas e as sugestões aprovadas foram alteradas diretamente na



297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

minuta. O conselheiro Juliano Paccos Caram observou, no inciso XXVI do artigo 7°, com a seguinte redação "colaborar com a Coordenação Acadêmica acerca da distribuição dos componentes curriculares, ouvidos os professores e os coordenadores dos fóruns do domínio comum e conexo". Questionou se o domínio específico não precisa colaborar também com o coordenador de curso, sendo que a redação dá margem para que o coordenador responda pelos professores do domínio específico e a coordenação acadêmica vai interagir apenas naquilo que toca aos domínios comum e conexo. O conselheiro José Oto Konzen sugeriu que o item seja mantido em suspenso, sendo retomado na aprovação final do documento. Os demais conselheiros concordaram com este encaminhamento. Foi ainda criado um novo artigo, estabelecendo o coordenador adjunto como substituto do coordenador de curso, exercendo suas funções no caso de seu impedimento. A apreciação das emendas encerrou-se no capítulo quarto, ficando para ser retomada na próxima reunião extraordinária, a ser realizada dia 14 de novembro. A Presidente lembrou dos pedidos de ampliação do prazo para apresentação do relatos dos PPCs de Agronomia e Filosofia (Campus Erechim) e Ciência da Computação (Campus Chapecó), sendo aprovados pelos conselheiros. Os referidos pareceres serão apresentados na próxima reunião ordinária, dia 26 de novembro, sendo que os relatos devem ser enviados à Secretaria até o dia 16 de novembro. Também ficou definido o prazo para envio de emendas para os artigos 5º e 65 do Regulamento da Graduação, até o dia 4 de novembro. A secretaria da Câmara irá receber as sugestões, compilar no documento e devolvê-lo aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício, Rosane Binotto agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos, na qual eu, Debora Cristina Costa, Assistente da Pró-Reitoria de Graduação, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será devidamente assinada por mim e pela Presidente. Chapecó, 21 de outubro de 2013.